

Acção pró-família: da sociedade aos políticos

Arantza Quiroga, Presidente do Parlamento Basco e membro do Partido Popular, em entrevista à “Aceprensa”, referiu-se a temas em que estão envolvidas política e família.

— **Ninguém se declara contra a família. Mas, de facto, o debate está polarizado em torno dos temas mais polémicos, como o aborto ou o casamento homossexual. Não se poderia subtrair a política familiar do confronto ideológico?**

— A verdade é que temos uma sociedade na qual há muito de relativismo, e vende-se isso como um direito. Como não votar a favor de um direito? Mas, assim, está-se a pôr em causa uma estrutura tão fundamental como a família.

— **A conciliação de família e trabalho é um problema real de muitas pessoas, mas não se propõem soluções: parece que andamos com falta de ideias. Que se poderia fazer para avançar neste terreno?**

— Não acho que haja falta de ideias. Penso que há ideias, e muito boas; o problema é não haver vontade de as querer pôr em prática. É preciso vontade e acreditar que é necessário, e como não existe essa vontade, o assunto está parado.

Há algo que não consegui entender ao longo dos anos: que as medidas de conciliação não estivessem na agenda das primeiras coisas a tratar na negociação colectiva entre sindicatos e empresários. Fui lendo esses acordos e não encontrei medidas de conciliação da vida familiar e laboral. Havia melhorias salariais, mais férias... mas medidas concretas de conciliação da vida familiar e laboral não existem, e as que o governo aprovou são para os funcionários públicos. Se se for funcionário, como costume dizer, efectivamente existe a baixa de maternidade, a baixa de paternidade, existem todas as possibilidades. Se se trabalha na empresa privada, é muito difícil, sobretudo porque nesta situação em que estamos, atrás de nós estão à espera três ou quatro para ocupar o nosso lugar. Isto é uma questão de vontade e de mudar, como dizia, as mentalidades.

— **Acha que em Espanha está garantido o direito constitucional dos pais escolherem para os seus filhos um tipo de educação em consonância com as suas convicções?**

— Penso que depende das comunidades autónomas. Acho que esta é também uma questão de vontade e de se acreditar realmente que os decisores são as famílias e não o Estado. O intervencionismo do Estado não pode chegar às famílias. Se os pais dizem que querem esta ou aquela educação, o que o Estado tem de fazer é pôr à disposição das famílias as diversas possibilidades, para que possam escolher.

— **Como política, deve estar acostumada a receber reivindicações de diversos interesses, por exemplo, de um sector económico afectado por uma lei. E as famílias? São escutadas? Elas fazem-se ouvir?**

— No País Basco temos uma associação de famílias numerosas, a Hirukide, que é muito activa, que se faz ouvir muito na sociedade e que colocou sob os holofotes e deu visibilidade a um colectivo muito importante, que é o das famílias numerosas no País Basco. Eu, pela experiência que tenho, posso dizer que vieram ao Parlamento variadíssimas vezes, falaram com os grupos parlamentares, estiveram há pouco tempo no Parlamento para que os recebesse, e explicaram-me o que estavam a fazer. Por isso, no País Basco temos uma associação muito activa, e em termos de Espanha existe o Foro de la Familia, que também me parece ser muito importante e vai continuar a sê-lo. Temos de estar conscientes disto: a acção a favor da família processa-se de baixo para cima: se a sociedade começar a movimentar-se, nós, os políticos, também nos movimentaremos.

R. S.

Cuba e EUA: 50 anos de bloqueio sem resultados

Como todos os anos desde 1992, a 26 de Outubro de 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou o relatório “Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”. Só dois países – Israel e, evidentemente, os EUA – votaram contra o projecto, que recebeu o apoio de 187 países.

Há algo de inexplicável obstinação no facto de Washington persistir, com cada vez menos apoio, em manter aquela política. Os EUA não conseguiram alcançar o seu objectivo: derrubar o sistema de partido único (do Partido Comunista de Cuba). A única coisa que conseguiram foi, na realidade, aumentar as escassezes e limitações que o povo cubano tem

de enfrentar na sua vida quotidiana. Não é difícil entender, portanto, que essa política não goze de muita simpatia entre a grande maioria dos cubanos, nem de dentro nem de fora do país.

Desde 1959, embora o novo governo de Fidel Castro não tivesse declarado ainda o seu carácter socialista, Washington suprimiu a quota açucareira que cabia a Cuba no mercado norte-americano e cortou o necessário fluxo de combustíveis. Posteriormente, as refinarias existentes em Cuba, pertencentes a empresas norte-americanas, recusaram processar o crude proveniente da União Soviética, e o Estado cubano nacionalizou-as.

A cadeia de desencontros levou a que, a 7 de Fevereiro de 1962, o presidente John F. Kennedy tenha decretado o fim de qualquer ligação comercial com Cuba – uma anedota conta que, antes de o fazer, Kennedy pediu a um secretário que lhe assegurasse uma considerável reserva de charutos cubanos; e que só assinou uma vez concluída esta compra. Era uma questão de esperar que as pressões surtisses efeito.

No entanto, a existência da União Soviética e do seu bloco de aliados da Europa de Leste salvou Cuba do colapso económico. A partir desses países chegavam a Cuba, em troca do açúcar e do níquel que já não eram comprados pelos EUA, matérias-primas, maquinaria, alimentos, veículos, electrodomésticos, em resumo, o necessário para a subsistência.

Só quando o socialismo europeu entrou em colapso é que começaram a sentir-se em Cuba os efeitos mais crus das medidas norte-americanas. Por isso, em 1992, Havana levou pela primeira vez à Assembleia Geral da ONU um projecto de resolução a condenar essa política. Se naquela altura a votação foi de 59 votos a favor, 71 abstenções e 3 contra, nos números actuais pode observar-se um sucesso da diplomacia cubana – e do efeito da colaboração de milhares de médicos e professores cubanos em dezenas de países do Sul – ao longo destes anos. Paradoxalmente, neste tema, foram os EUA que ficaram isolados.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba assegura que o bloqueio causou a esse país prejuízos superiores a 751.000 milhões de dólares, em áreas que vão desde o comércio externo até à saúde pública, à educação, à agricultura, ao desporto...

O espectro de áreas e de proibições é amplo: além da recusa de cidadãos norte-americanos poderem viajar livremente a Cuba (podem fazê-lo à Coreia do Norte, à China e ao Vietname), o bloqueio impede Cuba de utilizar o dólar nas transacções internacionais e o seu acesso a créditos do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Por outro lado, proíbe-lhe comprar, entre outros bens de necessidade, artigos, equipamentos, serviços, como próteses para usos diversos em cirurgia cardiovascular, placas de iodo radioactivo para o tratamento de crianças e adultos que padecem de tumores na retina, máquinas Braille para estudantes cegos, sistemas de tapetes para manipular

bagagem nos aeroportos, motores para embarcações, fertilizantes para a cultura do arroz, computadores da Intel, Hewlett Packard, IBM ou Macintosh, e um longo etc. Quando consegue obtê-los, através de terceiros, Havana tem de pagar preços a dobrar ou a triplicar, o que provoca um maior desgaste económico.

E mais um aspecto: o da extraterritorialidade, a extensão das sanções a terceiros: se um navio holandês ou japonês levar mercadorias a Cuba, não pode, devido à denominada Lei Torricelli, de 1992, tocar qualquer porto norte-americano até seis meses depois.

Já a Lei Helms-Burton, de 1996 – estipula que, se uma empresa estrangeira investe em Cuba no que um tribunal dos EUA considerar uma antiga propriedade norte-americana, arrisca-se a fortes sanções. Receando uma possível avalanche de queixas judiciais, os governos de Clinton, Bush II e Obama prorrogaram semestralmente, desde a sua aprovação, a entrada em vigor do capítulo III dessa lei.

Um parêntesis na aplicação do bloqueio constituiu a Lei da Agricultura assinada por Clinton no ano 2000 que, num dos seus pontos, autoriza a venda de alimentos e medicamentos a Cuba. Num primeiro momento, as autoridades cubanas, desejosas de ir mais longe, recusaram a possibilidade de adquirir produtos ao abrigo dessa licença, tendo por alvo a remoção do bloqueio.

Mas, as devastadoras consequências de um furacão no Outono de 2001, determinaram que Havana tenha decidido aceitar a oferta de vendas de alimentos feita pela administração Bush.

Daí e até agora, os produtores agrícolas norte-americanos converteram-se em importantes fornecedores do mercado cubano (o pico de vendas situou-se nos 711 milhões de dólares em 2008), numa relação comercial de um só sentido, pois, a Cuba, não é permitido exportar para os EUA nem um único maço de tabaco ou uma garrafa de rum Havana Club.

Além disso, Cuba questiona “as difíceis condições de pagamento para os importadores cubanos – em dinheiro e adiantado – e os custos adicionais de armazenamento, ou demora extraordinária do navio no porto, em que incorre a importadora de alimentos Alimport por entraves burocráticos”.

Embargo ou bloqueio? Pareceriam sinónimos, mas mesmo as palavras são armas lançadas neste cenário. Para o governo dos EUA, é um assunto “bilateral”, um simples desejo de não estabelecer relações comerciais com o outro, pelo que o assunto acaba aí: é um simples “embargo”. Pelo contrário, para Cuba, a política do que denomina “bloqueio” – e é feita com esse nome a votação da resolução anual na ONU – constitui “um acto de genocídio”.

Como se disse, não é apenas Cuba a empregar o termo. Em visita a Havana em Fevereiro de 2008, o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Tarcisio Bertone, afirmou: “A Santa Sé confirma as palavras de João Paulo II de que o bloqueio é

injusto e eticamente inaceitável; é uma opressão contra o povo cubano (...). Essa é a verdade. O Vaticano confirma-o e faz tentativas para impulsionar os EUA a eliminar este bloqueio”.

Os motivos que levam os EUA a manter uma prática tão pouco defensável perante a opinião pública internacional, são difíceis de entender. E ainda mais quando um inquérito realizado pela Universidade Internacional da Florida, pouco depois das eleições presidenciais de 2008, revelou que, pela primeira vez, a maioria dos cubano-americanos (55 por cento) se opõe ao bloqueio, e 65 por cento advogam o restabelecimento dos laços diplomáticos entre ambos os países.

Cinquenta anos de restrições sem resultados concretos – a não ser prejuízos para a população cubana –, justificariam o abandono de uma política digna da Guerra Fria e a adopção de um mecanismo de diálogo. Talvez um obstáculo seja o facto de alguns cubano-americanos que ocupam lugares no Capitólio e na política local da Florida, continuarem a apostar em manter o *statu quo*, a dinâmica do confronto infrutífero.

Em Abril de 2009, Obama levantou as restrições para os cubano-americanos viajarem livremente a Cuba a ver os familiares, e enviar-lhes o dinheiro que quisessem. Para norte-americanos de origem não cubana, a proibição mantém-se, e é isso o que vários legisladores tentam mudar com a nova lei.

Se primasse em determinada altura a lógica e fosse levantado o bloqueio, isso constituiria, além de um acto de justiça, uma oportunidade para pôr a nu e corrigir as manifestações de ineficiência, falta de produtividade e rigidez burocrática de que padece a sociedade cubana, e que hoje, graças à teimosia de Washington, são, simplesmente, “culpa do bloqueio”.

A. R

Decenários para dezenas

Com o empenho que colocam alguns políticos em fazer desaparecer as cruzes dos lugares públicos, é paradoxal que tenha passado a ser moda fazer brilhar no pulso uma “pulseira decenário” (também denominada rosário).

A intolerância religiosa ou a renúncia activa às próprias raízes culturais e espirituais que se verificam habitualmente em democracias saturadas pelo politicamente correcto, vêm-se desmontadas muitas vezes pelos próprios canais que elas mesmas utilizam para conseguir os seus propósitos. É o caso da moda. Concretamente, através de novidades que procuram obter um nicho no mundo dos complementos acessíveis ao grande público.

Tudo começou quando Rocío e Tamara, duas jovens estudantes madrilenas de Administração de Empresas no CUNEF (Colegio Universitario de Estudios Financieros) descobriram em Montserrat, lugar de peregrinação religiosa situado em Bogotá, nas pulseiras mais simples que lá se vendiam, “rosários feitos à mão, símbolo religioso formado por

10 nós e uma cruz, utilizados para rezar as contas de um mistério”.

Compraram todas as que puderam e começaram a oferecê-las ao chegar a Espanha. Ambas ficaram surpreendidas com o sucesso daquela “pulseira”, ao ponto de terem decidido regressar a Bogotá para comprarem mais e inclusivamente contactaram a pessoa que as elaborava à mão para lhe pedir que as fizesse com cores mais alegres: vermelhas, azuis, verdes, amarelas.

As duas jovens criadoras contam na sua página *web* (www.awaking.es) o papel decisivo que desempenhou a sua amiga jornalista Sara Carbonero quando das suas contínuas aparições na televisão, por altura da realização do Mundial de Futebol na África do Sul, onde brilhou com várias das “pulseiras decenários” no seu pulso.

“O que começou por ser um *hobby*”, confessam, “converteu-se na oportunidade das nossas vidas”. Certamente também, mesmo sem o saberem, num exemplo gráfico de um dos maiores paradoxos da sociedade moderna. Aquilo que a política procura expulsar do âmbito público, a moda recupera e recicla, convertendo-o no “complemento fetiche do ano” que é anunciado em página dupla em periódicos de grande tiragem.

A.L

Itália: reconhecida objecção à pílula do dia seguinte

O Comité Nacional de Bioética italiano pronunciou-se a favor do reconhecimento da objecção de consciência dos farmacêuticos que não querem disponibilizar a “pílula do dia seguinte”. Ao mesmo tempo, pede à autoridade competente que preveja um sistema para que a mulher solicitante possa obtê-la. Haverá assim respeito tanto pela decisão do farmacêutico, como pela da mulher.

O Comité reconheceu que a objecção de consciência “tem um fundamento constitucional no direito geral à liberdade religiosa e à liberdade de consciência”. E acrescentou que a concretização deste princípio deve ser feita respeitando simultaneamente o direito do cidadão a “receber a assistência sanitária reconhecida pela lei”.

O parecer do Comité responde a uma questão suscitada pela deputada Luisa Capitanio Santolini, relativamente à objecção de consciência a um produto como a pílula do dia seguinte, para a qual “não se exclui a possibilidade de um mecanismo de acção que leve à eliminação do embrião humano”.

A maioria do Comité considerou que “se pode reconhecer ao farmacêutico um papel similar ao dos agentes sanitários e, portanto, em analogia com o que sucede com outras figuras profissionais, deve-lhes ser reconhecido o direito à objecção”.

(in “Avvenire”)